

Navegando por águas convergentes: uma história da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF – Brasil) e da Tennessee Valley Authority (TVA – Estados Unidos) (1930-1950)^a

Sailing through converging waters: a history of Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF – Brazil) and the Tennessee Valley Authority (TVA – United States) (1930–1950)

Jamile Silva Silveira^b 

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Paulo Afonso (BA), Brasil

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos da relação entre duas grandes companhias públicas, geradoras de energia elétrica: a Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), no Brasil, no período de 1930 a 1970. Investigo como os discursos sobre a produção de energia e modernização justificaram os elevados investimentos estatais no setor, em todo o mundo, inspirados em um “modelo estadunidense”. Tanto a TVA quanto a CHESF implantaram estruturas urbanas no estilo *company town*, transformando significativamente as condições de vida dos trabalhadores, impondo formas rígidas de disciplina e controle social, e provocando processos de expropriação de famílias em áreas atingidas por suas obras. A pesquisa fundamenta-se em relatórios oficiais da TVA, depoimentos de trabalhadores e bibliografia especializada produzida nos dois países. Assim, visa compreender se a implementação desses projetos promoveu transformações socioculturais e econômicas, tra-

Editoras responsáveis: Natânia Silva Ferreira e Silvana Andrade dos Santos

^a Submissão: 27/08/2025 | Aprovação: 27/09/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i4.1086

^b ssilveira.jamile@gmail.com

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

duzindo convergências nas experiências dos trabalhadores submetidos a processos de modernização e progresso.

Palavras-chave: CHESF. Política Internacional. TVA. Energia Elétrica.

Abstract: This article analyzes some aspects of the relationship between two large public companies that generate electricity: the Tennessee Valley Authority (TVA) in the United States and the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF) in Brazil, from 1930 to 1970. I investigate how discourses on energy production and modernization justified the high state investments in the sector worldwide, inspired by a “US model”. Both TVA and CHESF implemented urban structures in the company town style, significantly transforming the living conditions of workers, imposing strict forms of discipline and social control, and provoking processes of expropriation of families in areas affected by their projects. The research is based on official TVA reports, testimonies of workers, and specialized bibliography produced in both countries. Thus, it aims to understand whether the implementation of these projects promoted sociocultural and economic transformations, translating convergences in the experiences of workers subjected to processes of modernization and progress.

Keywords: CHESF. International Politics. TVA. Electricity.

JEL: N72. L94. F59.

Introdução

Em 1948, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira desfilou na avenida com o samba-enredo *O Vale do São Francisco* (Português; Sargento, 1948). A composição fazia referência ao projeto de transformação, articulado na última década, por meio do Estado brasileiro e alianças político-econômicas com o governo e empresas dos Estados Unidos, culminando na grande intervenção no Vale do São Francisco: a Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso (CHESF).

Localizada entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, a região é marcada por formações geográficas singulares, como os cânions e as sete quedas d'água conhecidas como Cachoeira de Paulo Afonso, uma das maiores do Brasil. Desde o século XIX, o Vale atraiu atenção nacional e internacional, resultando em expedições científicas e mapeamentos (Spix; Martius, 1938; Kidder, 1845). Após a visita de D. Pedro II à cachoeira em 1859, produziu-se um rico acervo iconográfico, histórico e geográfico que consolidou a imagem do rio São Francisco como símbolo de unidade nacional, consolidando a ideia de um Brasil que se integrava pelo interior, e não pelo litoral.

Já no final do século XIX, surgiram propostas para utilizar as águas do rio São Francisco na geração de energia, em analogia ao aproveitamento de *Niagara Falls*, na fronteira entre Canadá e Estados Unidos (Reclus, 1900; Liais, 1866; Burton, 2001). Projetos elaborados entre 1890 e 1910 materializaram essas ideias. Um marco importante foi a instalação da hidrelétrica de Angiquinho em 1913, por Delmiro Gouveia, no povoado da Pedra (AL), considerada a primeira usina do rio São Francisco (Souza, 1964). Até então, o fornecimento de energia elétrica no Brasil era majoritariamente controlado por empresas privadas estrangeiras, como a canadense *Brazilian Traction, Light and Power* (LIGHT) e a estadunidense *American Foreign Power Company* (AMFORP) (Bermann, 1991).

Durante a década de 1920, engenheiros brasileiros intensificaram estudos sobre o potencial energético da bacia do São Francisco, com foco em hidráulica, irrigação e uso do solo. A partir de 1942, esses esforços foram potencializados com apoio do Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, que já demonstrava interesse na região de Itaparica, em Petrolândia (PE), onde havia atuado desde os anos 1930 por meio da Companhia

Agrícola e Pastoril do São Francisco (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018).

Embora a analogia inicial fosse com a *Niágara Falls*, ao longo do século XX a experiência da *Tennessee Valley Authority* (TVA), nos Estados Unidos, passou a ser referência predominante nos discursos técnicos e políticos brasileiros. Criada em 1933 no contexto do *New Deal*, a TVA combinava planejamento estatal, desenvolvimento regional e geração de energia como estratégia de combate à pobreza e à desigualdade no sul dos Estados Unidos. A partir da década de 1930, ideias inspiradas na TVA começaram a circular no Brasil, especialmente em relação à formulação de políticas públicas voltadas à modernização do Nordeste.

Neste contexto, a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, pode ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração das relações entre Estado, território e capital, no qual o modelo da TVA serviu como matriz institucional e discursiva. A década de 1940, em especial, foi marcada pela intensificação da presença dos Estados Unidos na América Latina, por meio da política de boa vizinhança e missões técnicas, como a Missão Cooke (1942), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1952), que influenciaram diretamente a formulação de políticas energéticas no Brasil (Castro, 1985).

A História de Empresas ainda é uma área que conflui com este texto, pois seus pesquisadores buscam compreender as dimensões presentes na unidade produtiva e sua atividade econômica, para a qual “convergem as relações capital-trabalho, as relações entre empresa e o sistema financeiro, a relação entre a empresa e os consumidores de seus produtos”. Iniciada nos anos 1970 nos Estados Unidos como *Business History*, a História de Empresas tem abarcado recentemente um leque de pesquisas no Brasil que interrogam as documentações das empresas, rompendo com o tradicionalismo da apresentação de dados técnicos ou das “pesquisas contratadas” por empresas para elaboração de suas histórias e que “conduzem a trabalhos superficiais”. Como a técnica e a política não se dissociam, “a empresa é igualmente uma unidade política, onde relações de poder de variadas naturezas se exercitam” (Goularti Filho; Saes, 2021, p. 9-10 e 24). Ao analisar a história de uma empresa, é fundamental entender como ela nasce e as concepções imbricadas ao seu projeto pertencentes aos grupos que a construíram.

Logo, eleger a investigação sobre a análise da relação entre a TVA e a CHESF, com ênfase em convergências institucionais, políticas e ideológicas, no contexto da expansão do modelo desenvolvimentista no hemisfério ocidental, dialoga com o leque de novas pesquisas desse ramo de conhecimento da historiografia. A abordagem se concentra em como o Estado brasileiro, em articulação com frações do capital nacional e internacional, buscou legitimar grandes projetos de infraestrutura sob a retórica da modernização e do progresso. Ainda assim, os efeitos sociais dessas intervenções – como a construção de barragens e de *company towns* no sertão da Bahia – permanecem como pano de fundo importante para a compreensão das tensões e disputas que atravessaram a materialização do projeto CHESF.

1. O “modelo TVA”

Em 1933, nos Estados Unidos, foi criada pelo presidente Roosevelt a *Tennessee Valley Authority*, por meio de um grande projeto de intervenção na região empobrecida do país, banhada pelo rio Tennessee, uma de suas maiores bacias hidrográficas. O impacto foi previsto nos aspectos geográficos, econômicos e sociais. Destaco dessa iniciativa a criação de “um novo conceito regional – a bacia do rio como unidade integral”, com amplo planejamento para o desenvolvimento da área, efetivado por meio de uma agência governamental “que tinha uma responsabilidade especial, nem nacional nem estadual”, e sim de toda uma região: o *Tennessee Valley* (Selznick, 1949, p. 5).

As condições iniciais da região eram extremamente precárias, e “mais de 80% da população da bacia era formada por trabalhadores da agricultura de subsistência”. As famílias eram numerosas e “viviam em choupanas cobertas por pedaços de madeira, sem banheiro, luz elétrica ou água tratada”. A área abarcava sete estados ribeirinhos, que “faziam parte da lista dos 10 estados com os piores índices de analfabetismo adulto, e baixa qualidade da educação”. No século XIX, a tessitura das relações sociais no Vale do Tennessee era alinhavada por conflitos raciais, sob a hegemonia de uma oligarquia branca que controlava de forma autoritária o Estado (Brose, 2015, p. 7-12).

Em 1932, ante o processo da *Grande Depressão*, com a eleição de

Franklin Roosevelt, mudanças foram colocadas como alternativa para minimizar as desigualdades entre as regiões estadunidenses. Assim, foi criado o *New Deal*, que simbolizava um conjunto de reformas em prol de uma aliança nacional e, principalmente, para salvar a economia em crise (Corsi, 2000). Para a intervenção na bacia do rio Tennessee, considerada crucial para resolução dessas desigualdades, foi criada uma autarquia federal, autônoma e com acesso direto ao tesouro nacional, unificando programas setoriais nas áreas da educação, extensão rural, apoio a micro e pequenas indústrias, crédito subsidiado, mecanização da agricultura, reflorestamento e similares, na busca por minimizar o desvio de recursos e ingerências dos Estados (Brose, 2015). Em pouco tempo, a região se transformou quanto ao aspecto econômico e tecnológico.

Além disso, durante a II Guerra Mundial, a TVA se tornou umas das colunas principais de sustentação da estrutura de combate, da produção de materiais e elaboração de estratégias. Com o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o Departamento de Guerra afirmou que a capacidade da TVA de suprir energia elétrica abundante foi o principal fator na localização de um dos maiores projetos de energia atômica em Oak Ridge, Tennessee (Tennessee Valley Authority, 1946). Esse envolvimento com as atividades de guerra demonstrava o quão estratégica se tornara a TVA para execução de projetos do Governo.

Referente a estrutura social, foram erguidas cidades planejadas para abrigar os trabalhadores, muitos destes militares, que retornavam da guerra com suas famílias para trabalhar nas obras e se instalar em moradias, consideradas pela empresa, de qualidade superior às existentes no meio rural (com banheiro, água encanada, varandas, terraço e eletricidade). Eram térreas ou em sobrado, do projeto urbanístico conhecido por *company town*, com amplos jardins e parques planejados. No local das escolas rurais, “que funcionavam em uma única sala de um barraco, com uma única professora para todas as idades, Morgan¹ planejou a construção, pela TVA, de escolas públicas com amplas instalações, laboratórios e estádios para a prática de esportes” (Brose, 2015, p. 17).

As *company towns* da TVA foram desenvolvidas do zero, o que obrigava um planejamento para além da habitação, com a instalação de for-

¹ Engenheiro Arthur Morgan, primeiro diretor da TVA.

necimento de bens e serviços, como saúde, educação, mercado, correios, lazer. A distribuição de energia elétrica na área rural foi aliada à expansão da venda de eletrodomésticos, provocada por estímulos da TVA. Havia somente 25% dos lares e imóveis rurais conectados à rede de transmissão de energia. Assim, “para gerar uma demanda crescente por energia, em meio a uma severa crise econômica, a TVA implantou uma política de tarifas baixas”. Para tanto, sua ação se concentrou em duas inovações. Por um lado, negociou com os fabricantes uma linha de produtos de baixo custo, como fogões elétricos e geladeiras, garantindo a estes o selo TVA de qualidade, e por outro, estabeleceu um sistema de crédito nas lojas para pagamento em pequenas prestações, assumindo o risco em caso de inadimplência. Essa política triplicou as vendas, criando uma grande lista de espera (Brose, 2015, p. 17-18)

Assim, o conjunto do que se conhece por *Ideia TVA* ou *Projeto TVA* foi dividido em duas frentes. A primeira, na concentração do poder da autarquia exclusivamente no governo federal. A segunda, considerada por Lilienthal como “Uma teia sem costura – a unidade da terra, da água e dos homens”, uma única agência deveria projetar e construir as barragens, comprar o terreno, construir linhas de transmissão e comercializar a energia produzida pelo rio. Mas não só isso. A TVA tinha a tarefa de dar moradia adequada aos trabalhadores, biblioteca, unidades de saúde pública, reajustamento/planejamento familiar, promover recreação, construir parques públicos e playgrounds. Além disso, ela se ater à controle da malária. No campo educacional, considerado de grande relevância para implementação do projeto, o ensino junto aos professores sobre a “ideia” da TVA era primordial, bem como trazer escolas, faculdades e universidades para o programa. Era fundamental organizar cooperativas de vários tipos, exportar a “ideia” para outros estados (Russel, 1949, p. 46-47).

Além de a TVA objetivar uma ampla política de desenvolvimento regional, que abarcava principalmente a produção e distribuição de energia elétrica, o projeto foi construído como arquétipo a ser exportado para outras regiões e, posteriormente, para outros países. Para isso, foram elaborados livros, discursos e documentos públicos sobre a experiência da TVA. Essas produções se concentraram no debate sobre sua política e programas de desenvolvimento econômico, abordando uma visão “de cima” com relação às suas ações e um discurso de defesa institucional

(Lilienthal, 1972; Clapp, 1955). Havia, também, questionamentos nos Estados Unidos sobre os métodos e ações dessa autarquia federal. A resistência ao projeto de intervenção, segundo Russel (1949), partia especialmente dos fazendeiros e proprietários que não queriam vender suas terras; das empresas elétricas privadas; dos que divergiam da propriedade governamental dos meios de produção de eletricidade; dos que se opunham ao uso de impostos federais para projetos locais; e daqueles que acreditavam que o Congresso deveria ter controle direto sobre cada projeto.

Um dos estudos críticos foi elaborado pelo sociólogo Philip Selznick (1949). Sua preocupação central era compreender as estratégias da TVA para cooptação das lideranças das áreas rurais locais, por meio da criação de agências e cooperativas, que agiam como um braço da autarquia junto à população. O autor também levanta argumentos de que a TVA não foi uma demanda que surgiu da população do Vale do Tennessee, e isso dificultou a posterior participação popular no projeto. Esse distanciamento foi “compensado” ou teria provocado práticas paternalistas do Estado junto à população, principalmente por meio de cooptação das organizações e lideranças. A construção da doutrina de base da TVA, conhecida por *TVA's grass-roots doctrine*, formulava ajuda aos sindicatos, cooperativas, agricultores, universidades e governos estaduais, servindo dessa forma para organizar uma “base de massa”. Essa base serviria como proteção e apoio, caso a agência fosse sujeita a ataques.

Destaco uma das intervenções, a *Douglas Dam*, que foi construída em 1942 durante a guerra, desconsiderando completamente os protestos locais. Apesar do discurso junto à população sobre as decisões da agência, a responsabilidade por decisões de graves consequências só cabia ao Congresso. O Tennessee Valley, enquanto região, “não tomava decisões sobre assuntos tão importantes como a construção de barragens ou as despesas da autoridade regional” (Selznick, 1949, p. 63). Para a construção das barragens, na primeira década, a TVA retirou mais de 12 mil famílias de suas moradias, das quais 4 mil eram de proprietários e 8 mil de meeiros sem-terra, afrodescendentes, que no total somavam mais de 50 mil pessoas (Brose, 2015). Ao todo, no processo de construção das barragens da TVA, 20 mil famílias foram impactadas. Além disso, dos 69 mil cemitérios individuais que estavam na área, 20 mil foram exumados e transferidos para novas instalações, mas o restante foi abandonado no local a ser inun-

dado. A disposição final dos túmulos removidos foi para os residentes um dos elementos perturbadores quando a área foi inundada, o que se refletiu em uma reverência quase mística aos antepassados coletivos que colonizaram a comunidade (McDonald; Muldowny, 1982, p. 66). Sobre as famílias, C. Herman Pritchett, em 1946, observou que “em nenhum lugar o programa da Autoridade teve efeitos mais diretos e perturbadores do que sobre as centenas de famílias que tiveram que abandonar suas casas e fazendas às águas de um reservatório da TVA” (Pritchett, 1946, p. 48).

A realocação, considerada fase inicial do projeto, incluía informação, auxílio material e financeiro, um completo atendimento às necessidades dos trabalhadores do campo. Apesar disso, na execução do plano de realocação, a assistência da TVA e do serviço de extensão estabelecido foi insuficiente, agravando ainda mais os problemas da população na região. Outra característica da atuação do programa agrícola se refere aos negros, que constituíam a maioria dos “inquilinos” de terras na região sul atingida pela construção das barragens. Apesar da ampla estrutura das *company towns*, esse formato de cidade acessível não rompia com as segregações, principalmente raciais, imbricadas na cultura do Sul. O diretor do Departamento de Relações Agrícolas da TVA, sobre as origens sociais do programa, afirmou que esses trabalhadores “são produtos de um sistema em que você pode tirar o casaco quando entra na TVA, mas não pode tirar a pele” (Selznick, 1949, p. 112-114, 142; Grant, 1990).

No campo da historiografia, o estudo de Michael McDonald e John Muldowny (1982) se voltou para o discurso da *modernização*² e às populações impactadas pelas barragens, buscando a oralidade como uma das fontes principais de pesquisa na construção de uma história social, sensível ao cotidiano desses trabalhadores. Os autores compreendem que os impactos demonstravam a existência de interferência direta na qualidade de vida da população do Vale do Tennessee, não só no planejamento e nas questões pragmáticas de sobrevivência, mas sobretudo nas relações sociais e padrão de vida tradicionais. (McDonald; Muldowny, 1982).

² Para os autores, o conceito de *modernização* representa um processo histórico. Nesse caso, pode ser identificado pela capacidade da TVA de amenizar os problemas severos das pessoas presas em um ambiente agrícola, em grande parte inóspito. Em suas palavras, “dizer que a TVA era um agente da modernização, significa basicamente que a TVA possuía a instrumentalidade e a intenção, por meios de programas como planejamento regional e produção de energia, para transformar totalmente ou grande parte uma população removida da principal corrente da *American Life*”.

A chegada da TVA representava uma dicotomia, exercendo um papel perturbador para as comunidades, apesar do discurso da mudança da qualidade de vida. Por um lado, as pessoas viam suas vidas difíceis, isoladas, longe do processo de modernização, tendo a TVA como elemento que propiciaria a transformação progressiva. Por outro, suas vidas tinham longas ligações genéticas e históricas, vizinhança estabelecida e coesão nos vínculos familiares, que a TVA destruiria. Havia um sentimento entre os trabalhadores de que valia a pena a realocação, mas acompanhado de uma certa amargura. Além disso, havia relatos de insatisfações com os jornais que descreviam a população do Vale do Tennessee, ao justificar a intervenção da TVA. Segundo a fala de John Rice Irwin, filho de colonos da área atingida pelo reservatório, “as pessoas sentiram que estavam sendo retratadas como se estivessem isoladas, seres ignorantes da montanha” (McDonald; Muldowny, 1982, p. 56-57).

Com a remoção surge um novo elemento: o ressentimento. O relato de H. E. Anderson, após o estabelecimento de sua família no Condado de Meigs, afirmou que o seu sogro demorou para se ajustar, e segue: “conheço algumas pessoas de lá que se ressentiam com a remoção. Na verdade, eu conhecia pessoalmente duas pessoas que cometeram suicídio.” Sobre um dos casos, “eles compraram tudo ao redor [a TVA], mas ele [um homem] não quis vender, e desceu lá para a lagoa, colocou uma corda em volta do pescoço e se enforcou”. A urgência na compra dos terrenos e a construção da barragem provocou o desenvolvimento de um programa imediato de reassentamento das famílias, o que estava aquém da capacidade de uma elaboração razoável em 1933. A política de realocação colocada em prática apresentou diversos problemas, pois muitas famílias não queriam sair da propriedade e foram obrigadas, outras não tiveram acesso a indenização ou receberam pela terra o valor muito inferior ao esperado, e o aspecto da vizinhança e a distribuição espacial das residências não foi preservada, entre outras ações que desrespeitavam o acordo das famílias com a autarquia. Isso os impedia de “retomar suas velhas vidas em novos locais” (McDonald; Muldowny, 1982, p. 268, 60 e 240).

Especificamente quanto à experiência de Norris, os autores tecem uma linha crítica quanto às heroicas ações da TVA retratadas pelos estudiosos, presentes na autoavaliação “miope” de seus dirigentes, que negligenciam o insucesso com a cidade e a barragem, divulgadas inicialmente

como primeiro projeto da TVA bem-sucedido. Os melhores resultados foram a curto prazo, com a rápida construção da barragem graças ao empenho dos trabalhadores. Dos removidos, 22,9% dos proprietários e 17,9% dos inquilinos tinham membros da família que trabalhavam para a TVA. Mas a cidade não teve a estrutura necessária para atrair moradores médios, tornando-se uma área suburbana da TVA, e em pouco tempo foi abandonada pelos trabalhadores da construção, que ao findá-la não tinham opções de empregabilidade e emigravam para outras regiões, apesar de a maior parte das famílias manter a atividade da agricultura de subsistência. A emigração também foi realizada por diversas famílias logo após a remoção, o que conflita com um dos objetivos difundido pelo projeto da TVA: proporcionar melhoria da vida da população do Vale do Tennessee. Assim, “a TVA realmente falhou em desenvolver um programa que ajudaria significativamente a população rural local”. Dez anos após a construção, o governo fechou as comportas da barragem em 1946 e se desresponsabilizou com a cidade de Norris, vendendo-a em 1948, alegando altos custos de manutenção (McDonald; Muldowny, 1982, p. 234-237, 254).

Esses exemplos não são isolados e demonstram os grandes problemas do programa da TVA para realocação das famílias impactadas. Em todas as experiências, a maioria das famílias removidas foram para terras menores ou de valor inferior em relação à que estavam anteriormente, além dos diversos problemas de superpopulação nas áreas isoladas em que foram obrigadas a se instalar. Para as famílias negras pobres, as dificuldades foram ainda maiores por conta do preconceito racial da população local e dos planejadores da realocação (Grant, 1990).

Esta apresentação breve da TVA é necessária para compreender a conexão da sua concepção, projetos e concretização, com a elaboração de uma proposta de intervenção no Vale do São Francisco, no Brasil. As ações, como a retirada das famílias sem a devida assistência, a construção da cidade operária, a escolha da região com alto índice de miserabilidade, a abundante mão de obra de baixo custo e a criação de uma autarquia federal responsável por uma região, são nítidas aproximações com a história da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Além desses pontos convergentes entre os projetos, há alguns elos diretos entre a TVA e a gestação do projeto CHESF, no âmbito da política internacional entre os dois países.

2. O modelo do Tennessee e a Brazilian TVA

Ao adquirir ampla experiência em planejamento por meio da TVA, os Estados Unidos buscaram a difusão desse modelo para o restante do mundo. Em 1952, o projeto de expansão é claramente explicitado em relatórios publicados pela autarquia. Neles, o objetivo era apresentar a “TVA – Um símbolo internacional” enquanto “veículo catalisador para o intercâmbio de ideias sobre o desenvolvimento unificado de recursos e melhoria econômica” em diferentes países. Indicam que “os visitantes da TVA, que estudaram e examinaram seus programas de desenvolvimento unificado, têm sido especialmente responsáveis por sua ampla divulgação”. Até 1952, a TVA recebeu representantes de 60 países, entre eles “altos funcionários do governo, cidadãos de espírito público, técnicos e estudantes”. Ao longo de 1951, a TVA recebeu 1.800 visitantes (TVA Technical Library, 1952). A internacionalização da política estadunidense, inclusive econômica, atravessava o projeto de mundialização do modelo da TVA.

O processo de difusão desse modelo para outras nações foi constante em sua história. Com o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, foi criado o Seminário de Desenvolvimento de Recursos da TVA, que recebia representantes técnicos e políticos de diversos países e incluía “palestras e discussões com funcionários de alto escalão da TVA, uma viagem de campo por todo o Vale, na qual os vários projetos e atividades foram inspecionados e estudados, e um período de avaliação final”. Esse curso foi “repetido periodicamente como um esforço para aumentar a contribuição da TVA – e do governo dos Estados Unidos – de assistência aos países subdesenvolvidos” (Tennessee Valley Authority, 2020). A memória difundida pela autarquia é de que, na época, a TVA era conhecida mundialmente como líder em desenvolvimento de recursos e assistência técnica estrangeira. Disseminar um discurso sobre sua importância internacional, no contexto de estabelecimento da Guerra Fria, contribuiu significativamente para consolidar a política imperialista dos Estados Unidos diante das demais nações. É representado pela Autarquia, no seguinte gráfico, a crescente influência global e as ramificações do seu modelo em países de todos os continentes:

Figura 1 – Projetos influenciados pelo modelo da TVA



Fonte: Tennessee Valley Authority (1952).

De acordo com a imagem, o Brasil (representado pelo número 7) foi situado entre os países que se aproximam do método da TVA de desenvolvimento e utilização de recursos.³ A localização no mapa e o nome do capítulo que a define é clara sobre o projeto a que se refere: *Brazil's São Francisco Valley*. Na apresentação sobre o Vale do São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso, constam as possibilidades de exploração da área que “incluem ouro, diamantes, ferro, manganês, bauxita, fosfatos, calcário, trigo e outros grãos e gado”, além da energia elétrica. Continuando o relatório, sobre a consolidação da “influência da TVA” (subtítulo dentro

³ Além do Vale do São Francisco, os projetos representados pelo mapa são: Plano de Desenvolvimento do Rio Jordão; O DVC – Índia e Damodar Valley Corporation; Autoridade de Recursos Hídricos de Porto Rico; The Santa Corporation of Peru; O Vale do Níger na África Ocidental Francesa; Bacia Papaloapan do México; RIONE – O Rio Negro do Uruguai; O Projeto Snowy-Murray na Austrália; Proposta de YVA no Yangtze; O desenvolvimento de Uganda onde o Nilo começa; Projetos-piloto de demonstração no Oriente Médio; Corporação Chilena de Desenvolvimento; Terras Altas e Ilhas Escocesas; MVP da Índia – The Mahanadi Valley Project; O Vale do Ródano na França; Vale do Lempa de El Salvador; Proposta de Autoridade do Rio Volta na Costa do Ouro. Ainda são citados os “projetos nos quais os dados disponíveis eram escassos ou em que o planejamento e desenvolvimento da ideia TVA, embora reconhecido, parece ter sido usado apenas em uma extensão limitada”. São estes: África (Congo Belga, Rodésia, União da África do Sul, Vale do Nilo); Austrália (Esquema do Rio Clarence); Europa (Grécia, Wales); Oriente Médio (Irã, Turquia); Sudoeste Asiático (Afeganistão, Ceilão, Índia – A Bacia do Ganges, O Sutlej Development, O rio Machkund, O sistema do rio Godavari, Smaller River Systems in Southwest, O vale do rio Kistna); Índias Ocidentais (Haiti, Vale Artibonite).

do capítulo sobre o Vale do São Francisco), é citada a fala de 1944 do Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, ao visitar o Vale do Tennessee: “Meu principal objetivo ao vir para o Tennessee é estudar as Barragens da TVA e ver como podem ser aplicadas no Brasil” (TVA Technical Library, 1952, p. 17-18). Apolônio Sales representava o elo entre a TVA e uma possível ramificação de seu modelo no Nordeste do Brasil, e segundo Lloyd J. Hughlett (1946), o ministro de Vargas seria o diretor desse desenvolvimento regional.

Em 1961, foi publicado outro relatório, no formato livreto, com o mesmo intuito de apresentar a expansão das ramificações da TVA a outras nações. Para demonstrar a diversidade da propagação do projeto, é afirmado que “países subdesenvolvidos, muitos deles totalmente independentes e buscando o vigor econômico”, encontram nas modernas práticas e técnicas da TVA modelos para adaptar as suas realidades (TVA Technical Library, 1961). Sobre o diálogo para elaboração dos projetos internacionais, o texto afirmava que “nesse intercâmbio, as importantes ideias sobre a eletricidade e a consciência do progresso feito por você mesmo é tão significativo quanto as estruturas de concreto”. Isso representava a relevância para os Estados Unidos da difusão do modelo e da concepção da TVA como algo inovador em plena expansão mundial.

Nesse livreto de 1961, o Brasil também desponta como um dos principais países de replicação do modelo TVA, com desenvolvimento possível do Vale do Rio São Francisco. Essa proximidade com o Brasil também é encontrada em livreto do Instituto Canadense de Relações Internacionais, produzido sobre o desenvolvimento do Nordeste, o que demonstra uma interpretação para além da relação Brasil-Estados Unidos. É relatado que o programa da hidroelétrica de Paulo Afonso foi inspirado diretamente no modelo da TVA dos Estados Unidos, apesar de os seus objetivos serem menos extensos do que apresenta a experiência estadunidense (Lando, 1964).

É recorrente encontrar em livros e documentos nacionais e internacionais o termo *Brazilian TVA*, ao citar o projeto de intervenção em Paulo Afonso (The Pan American Union, 1942,; Cooke, 1944; Castro, 1960). Esse é um dos pontos-chave dessa interpretação: o projeto da CHESF foi especialmente direcionado para geração e distribuição de energia. Todos os outros elementos, como a melhoria da qualidade de vida da população,

seriam uma consequência dessa produção. A energia seria a “redenção do Nordeste”. Para alcançar esse sucesso, a Companhia poderia agir livremente na região.

Foi construída no Brasil uma estabilidade política, com o apaziguamento dos conflitos entre os grupos nacionais, para o estabelecimento desse projeto. Portanto, a partir da política internacional e das diversas Missões estadunidenses que expressamente planejaram o desenvolvimento nacional, por consentimento do governo brasileiro na década de 1940, nasceu o projeto CHESF.

3. Paulo Afonso: a “Capital da Energia”

A história do município de Paulo Afonso, conhecido como Capital da Energia,⁴ confunde-se com a trajetória de implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Apresentada enquanto aclamação da população ribeirinha da Cachoeira de Paulo Afonso, a implementação do projeto de intervenção no Vale do São Francisco foi tecida pelo Estado Novo brasileiro.

O projeto CHESF foi aprovado em 1945, tornando-se um dos últimos atos naquele ano assinados por Getúlio Vargas enquanto presidente do Brasil. Em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, foi instaurada a Assembleia Constituinte, na qual os parlamentares discutiram a autorização de instalação da CHESF e sua viabilidade política e financeira. As justificativas ancoradas no “modelo TVA” fizeram frente a discursos de resistência ao projeto, especialmente por representantes políticos sulistas, ao investimento estatal para o andamento das obras no Nordeste. Havia o contraponto quanto à internalização do “modelo TVA” ao projeto da geração de energia no rio São Francisco, pois “setores liberais conservadores e segmentos da burguesia exportadora cafeeira investiram contra a prática do planejamento e os próprios conteúdos do plano, considerado ‘dirigista’ e contrário aos anseios da lavoura” (Paula, 2011, p. 9). Apesar dos questionamentos, as obras continuaram. Para o governo Dutra, a CHESF representava a integração nacional, que unificaria a região Nordeste ao restante do país em desenvolvimento.

⁴ É assim chamado por abrigar o segundo maior Complexo Hidroelétrico do Brasil, que distribui energia elétrica para as regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Em 1948, o cenário rural do sertão passou a se agitar com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Piloto, e os trabalhadores viram sua rotina se modificar radicalmente. Muitos consideravam a empresa como possibilidade de trabalho, e se submetiam às funções árduas em prol da grandiosidade do projeto, como relatou Brete Siqueira:

[...] o transporte das máquinas, as turbinas e os geradores, os transformadores de Salvador, eu fui fazer e disse [...] nós gastamos quatro dias de Salvador até aqui em Paulo Afonso, saindo 4:00 horas da manhã e parando às 11:00 horas da noite, [...] o carro atolou no Vasas Barris, porque a ponte não dava pra passar que nós passamos de 5 horas da tarde até 7:00 horas da manhã sem jantar sem dormir, passamos trabalhando a noite toda pra botar o caminhão do outro lado isso eu acho graça porque gostava dessas maluquice, era um trabalho danado mas saía quando acabava o serviço tava todo mundo morto de cansado. A gente olhava pra trás, se entusiasmava com o que nós tínhamos feito e aí aquele cansaço desaparecia. (Siqueira *apud* Azevedo; Muccini, 2007, p. 79)

A CHESF foi constituída na pequena vila Forquilha, próximo à cachoeira de Paulo Afonso. Com efeito, a configuração urbana projetada para o local não fugia à regra do que aconteceu em outras cidades estruturadas em torno de fábricas no mundo, correspondendo ao padrão *company town*. Foi criada uma infraestrutura para circulação de bens e pessoas, aliada a mecanismos que possibilitassem uma rígida disciplina sobre o trabalhador. Desse modo, existia uma determinação clara dos papéis sociais dos trabalhadores em todos os ambientes: no trabalho, nas moradias, nos locais de lazer, nas instituições educacionais etc. Além disso, a empresa é a proprietária dos imóveis, dos equipamentos públicos e responsável pela vida social fora do ambiente de trabalho.

Essa configuração da Vila Operária foi adotada, em maior escala no século XX, por diversas empresas públicas e privadas. No Brasil, existem alguns exemplos, como a Companhia de Tecidos Paulista, em Paulista (PE), a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), e a Multinacional de Alumínio Canadense Alcan, em Porto Trombeta (AM) (Lopes,

1988; Palmeira, 2012; Meyer, 2014). José Sergio Leite Lopes (1988), ao analisar o caso de Paulista, faz referência a essa relação de dominação e controle exercido pelas empresas, em que as relações de poder se estendem do campo da produção à disciplinarização do trabalhador, alcançando os seus espaços cotidianos. A relação fabril tem presença significativa na dinâmica social (Lopes, 1988). Com efeito, esse processo de dominação, que extravasava a esfera da produção e penetrava na esfera doméstica, suscitou questionamentos acerca dos limites dessa dominação, no caso específico de Paulo Afonso. A propriedade das casas, dos espaços de sociabilidade e de toda a administração era da CHESF, exercida por meio de uma espécie de governo local de uma empresa estatal. Dessa forma, sua intervenção pode ter gerado uma relação de dominação e dependência em relação à população, uma vez que o município foi emancipado apenas em 1958, e a Companhia só transferiu os poderes administrativos da área do Acampamento à prefeitura no início do século XXI.

Foram construídos alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros, altos funcionários e para famílias de operários. Nessa área, todos tinham o fornecimento gratuito de água e energia elétrica, e ela ficou conhecida como Cidade da CHESF. Os trabalhadores mais graduados, como os engenheiros, tinham o bairro próprio, o General Dutra, na Vila Residencial. Nele estava o Clube Paulo Afonso (CPA), de melhor estrutura física. Na Vila Operária, as moradias eram específicas (casas tipo C, D, E e O), de acordo com a função exercida por cada um na empresa. Os operários estavam destinados a frequentar o clube que lhes foi destinado: O Clube Operário (COPA), de estrutura simples. As atividades de sociabilidade entre os trabalhadores aconteciam em locais distintos, demonstrando as contradições de classe existentes. As mostras de cinema eram apresentadas inicialmente no CPA, para depois irem à exibição no COPA.

Com a concentração de pessoas cada vez maior na região, ficava mais restrito o acesso ao Acampamento. Assim, foram contratados seguranças e construídas três guaritas, onde todos que circulassem na área deveriam se identificar ao entrar ou sair. As principais escolas ficavam dentro do Acampamento e eram destinadas apenas para os filhos dos funcionários, sendo a melhor o Colégio Paulo Afonso (COLEPA), destinado aos filhos dos engenheiros.

Ainda, dentro do Acampamento foi construída exclusivamente uma igreja católica, com o nome de São Francisco de Assis, em menção ao rio. Em 1953 se efetivou Pe. João Evangelista para assistência religiosa permanente⁵ (OEF, 1954). Para a empresa, tinha “força ainda maior a escolha do capelão para dirigir os destinos do grupo de católicos”, pois se não fosse um “sacerdote esclarecido e dedicado” poderiam aparecer “os chamados casos religiosos”, que “prejudicam enormemente a vida e o trabalho de certas vilas da região nordestina”. A igreja construída pela CHESF seria “uma espécie de sentinela avançada para a concórdia dos habitantes da Vila Operária”.

No relatório da CHESF de 1949, o discurso de Alves de Souza definiu que “a igreja, desde os tempos coloniais, foi um dos primeiros marcos da colonização” (OEF, 1950, p. 155). Então, incluir a instituição no projeto da nova *company town* era intrínseco ao modelo de modernização que seria implementado. Mas, além de “civilizar”, a igreja cumpria outro papel. Numa missa de domingo, o padre Fernando Montenegro Abath pregou a harmonia entre dirigentes e dirigidos de forma “altamente compreensiva e simples”. Isso coadunava com a intenção da presença religiosa apaziguadora de conflitos e construtora de consensos. Como ressaltou o presidente da CHESF, era “mister toda essa gente trabalhando harmoniosamente, devidamente sincronizada, disciplinada e ordeira”. Essa relação de poder era uma busca pela “harmonia social entre os nossos habitantes” (OEF, 1951, p. 104). No viés do “discurso oculto” dos dirigentes, imputar um consenso aos habitantes de Paulo Afonso, *chesfianos* ou não, era fundamental para manutenção do controle social, no jogo das relações de poder junto aos grupos subalternos. Para tanto, foi instituído um “rigoroso policiamento interno de suas dependências e do Acampamento” (Carvalho, 1989, p. 93). Ao civilizar, o objetivo era disciplinar e controlar os sujeitos que poderiam não colaborar com a manutenção das regras estabelecidas ou, ainda, nutrir e disseminar indícios de resistência a essas diretrizes.

Nesse contexto, muitos que chegaram na esperança de trabalhar na Usina, contratados ou não, começaram a se concentrar em moradias fora

⁵ Posteriormente, a partir da década de 1970, apesar de a assistência religiosa ser fornecida pela Companhia, que esperava dessa instituição a função de apaziguar conflitos, inclusive durante as ações de desapropriação de famílias para construção das barragens, as principais representações católicas foram protagonistas das lutas de resistência às desapropriações dos projetos da CHESF, com a atuação dos Padres Alcides Modesto, Mario Zanetta e Lourenço.

do acampamento. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento Poty, descartados durante as construções, madeira e estruturas de zinco. Esse novo bairro ficou conhecido como *Vila Poty*.

É recorrente o relato de que na Vila Poty havia “buracos de todas as funduras, córregos de esgotos por toda parte, gente chegando pelas ruas tortas, operários de capacetes branco ou vermelho são constantemente despejados dos caminhões na praça central”. Na mesma matéria foi feita a referência de que “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas. Do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida. Paus de arara, desemprego e jogo” (OC, 1953, p. 82-90).

O discurso em torno do progresso, com a implantação das usinas, atraiu migrantes, trabalhadores rurais e comerciantes com suas famílias, que ansiavam por melhorias na qualidade de vida. Os que conseguiram ingressar na CHESF passaram pelo processo de adaptação imposto pelo sistema organizacional da Companhia. Elementos presentes na sociabilidade entre esses sujeitos se modificam, como a solidariedade nas comunidades. Na TVA, como já foi dito, quando alguém falecia a comunidade se mobilizava para acolher e acompanhar a família no ritual fúnebre. No caso do Vale do São Francisco, isso poderia ser observado nos mutirões. Essa era uma prática recorrente no cotidiano do migrante operário, que saía do trabalho rural e ingressava de imediato nas fileiras do trabalho urbano, assalariado. Se antes viviam da produção agrícola para subsistência, ou comércio dos produtos nas Feiras da região, passam a uma dinâmica fabril, com horas controladas, remuneração por salário, sociabilidade urbana disciplinada e aquisição de alimentos por meio da compra.

No início das obras, quase todos que chegavam a Paulo Afonso encontravam trabalho na empresa. Posteriormente, entre 1950 e 1960, foram introduzidos alguns métodos de seleção, no qual se perguntava o grau de escolaridade, a experiência de trabalho e até traçava-se uma distância para um teste de carregamento de pedras, pois já havia uma necessidade de rejeitar grande parte dos candidatos. Era política da CHESF o custo mínimo com mão de obra. Dos 95% dos operários contratados, a maior parte não tinha qualificação para o trabalho e era da região, alguns de Maceió, Aracaju e João Pessoa, e uma pequena parte de Recife e Salvador. A maioria era constituída por pessoas pobres (Häuptli, 1993).

Eu trabalhei por fora uns tempos, no campo. Depois o menino disse, vamos pro túnel, lá é melhor, a gente ganha 4 mil réis a hora. Quando trabalhava por fora, o serviço que eu fazia enchia era encher caçamba, concreto, tudo isso. Ah! Ganhava dois mil réis por hora. Naquele tempo era pouco. Dava pra passar. No túnel pagava 4 mil réis a hora, aí eu fui pra lá trabalhar com Dr. Nonato. Aí depois de Dr. Nonato trabalhei com Dr. Siqueira muito tempo o serviço lá no túnel. Eu não tinha trabalhado com martelo, foi a primeira vez. Aprendi mais os meninos o serviço. Buraquemo de túnel abaixo. Furemos 21 túnel. Trabalhei em tudinho Trabalhei na primeira usina. [...] Falei com o chefe que era Bastião Batista, quando fosse começar a 3º usina ele mandou me chamar lá, aí eu vim. Trabalhei na primeira usina e pedi conta. [...] Fui pra casa plantar feijão. Em Alagoas, Mata Grande. Aí, Bastião mandou me chamar. O chefe geral do túnel mandou me chamar, trabalhei mais 15 anos e aí me aposentei. (Azevedo; Muccini, 2006, p. 80)

Estes eram os Cassacos, que também residiam fora do acampamento, e foram os que abriram o caminho para as obras quebrando pedras e sem a menor proteção para o desenvolvimento das atividades.

Figura 2 – Trabalhadores no início de escavação do poço adutor da CHESF (29 de junho de 1950)



Fonte: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (2018, p. 38).

Na década de 1950, os Cassacos estavam presentes em boa parte do Nordeste, trabalhando em diversas obras do poder público como forma de sobrevivência, onde se submetiam a condições de trabalho precárias (Ferreira, 2016). Durante as construções, não havia segurança e prevenção a acidentes de trabalho.

Morreu muita gente. Nas secadeiras pra sair aqui. Tudo bruto, caía no rio quem era que achava? Tinha uns cabos de aço balançando, o cabra escapolia [...] o cabra sem entender de nada ia embora. Aí com tempo, o quartinho cheio de documento. Chegaram aqui tudo sem documento, entraram aí que nem bode, aí daí a muito tempo disse que o quartinho pegou fogo, mas aquilo foi incendiado de gente que tem. Arrancava unha e tudo mais. Quem trabalhava com martelo [...] serviço de martelo é serviço de doido. Já viu um martelo? Ah! Martelo é uma máquina grande assim. Fura 4 a 5 metros de chão adentro. Trabalhando pegado. Ele balança o cabra todinho, quem tiver medo se acaba. E os ouvidos? Eu não ouço mais hoje, só se falar alto perto deus. Já com 20 e tantos anos, ainda hoje tá a zuada dentro dos ouvidos, eu martelando. Eu me deito, eu ouço direitinho. Trabalhava 12 horas por dia. Era doze horas e largava em cima da hora. Trabalhei 18 anos com o martelo. [...] Quando eu me acidentei passei pra parte elétrica. Tá vendo esse negócio branco aqui foi eu na usina trabalhando na tal da câmara. Nunca tapou. (Azevedo; Muccini, 2006, p. 81)

Somente em 1978 foi criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), pois até esse período “os equipamentos eram chapéu de palha e sandália japonesa, e assim morreram muitos”. O discurso sobre a violência na cidade era constante. “Do lado da secadeira do rio pra sair aqui no túnel, era toda hora, era toda hora acontecia. Matava gente que só bode aqui fora. Matava brigando. Vieram os primeiros, aí voltavam com medo. Tava matando gente que só bode” (Azevedo; Muccini, 2006, p. 82). Compreender os acidentes pode ser um fio importante para tecer as estratégias de resistência desses trabalhadores perante a relação de dominação da CHESF, que podem se apresentar por meio dos discursos,

público e privado, ou em padrões de comportamento reproduzido nessas relações sociais (Scott, 2000).

Por outro lado, a Companhia criava “atrativos” (casas, bons salários, opções de lazer etc.), especialmente aos engenheiros da região Sul, mas a difusão dos discursos sobre o Nordeste como local “atrasado”, “pobre” e de muito sofrimento afastava esses trabalhadores. Como não havia mão de obra qualificada para diversas atividades, o aprendizado foi concebido no processo de “experiência na função” e muitos assumiram cargos de “Chefe de seção”, por serem estrangeiros, refugiados de guerra, em maioria europeus, sem qualificação. Foram levados 30 homens do Rio de Janeiro, instaladores elétricos e mecânicos, que afirmavam ser engenheiros para conseguir o posto de trabalho. Posteriormente, a presença dos estrangeiros como chefes dos brasileiros começou a gerar conflitos e muitas demissões (Häuptli, 1993, p. 90).

Quanto à Vila Poty, os seus moradores eram taxados pelos *chesfianos* de “cata ossos”, em uma área que tinha altos índices de violência, além da extrema desassistência sanitária, educacional, alimentícia e cultural. Mas muitos operários também residiam na Vila Poty, pois a *Cidade da CHESF*, a partir da década de 1960, não absorvia mais todos os trabalhadores. Thales de Azevedo (1950) descreveu a Vila Poty como uma *boom town* que surgiu em meados de 1948 com barracos de sacos de cimento, tornando-se “um aglomerado heterogêneo de ranchos de palha, de pano, de zinco, de táboa e casas de sopapo, de adôbo e uma quinta parte de tijolo”.

Na década de 1970, o processo das lutas sociais foi expressivo diante da desapropriação dos moradores dos bairros mais carentes da Vila Poty: Riacho de Grito, Gangorra, Bairro da Lagoa e Bairro do Forno, para a construção das barragens. O Bairro da Lagoa foi o primeiro. “Após promessas de relocação das famílias em 1970 e 1971, em um domingo, a CHESF mandou de madrugada os tratores derrubarem os barracos. O lugar destinado para as famílias irem era o Mulungu, próximo à Polícia Federal. Não tinha nada na área e era período de seca”. Muitas denúncias foram feitas, pois a CHESF decidiu pela desapropriação sem um plano de relocação das famílias, “aí se contratou uma empresa para construir os primeiros barracos. Nomearam de Bairro Tancredo Neves (BTN)” (Rio de Lutas, 2011).

Muitas famílias ficaram acampadas durante meses embaixo de ár-

vores pela cidade, pois não tinham moradia. Há indícios de aumentos de ataques cardíacos e suicídios (Bonfim, 1999). Nesse bairro, os trabalhadores foram recriando, no contexto do regime militar brasileiro, alternativas de sociabilidades, como inúmeros cabarés, bares, clubes e terreiros de candomblé (conhecidos por Xangô), que, segundo relatos, existiam desde o início do município (Lima, 2017). Por outro lado, a CHESF tentou utilizar a assistência religiosa como um de seus instrumentos civilizatórios, como ponte de diálogo com as famílias das comunidades atingidas pelas barragens, apaziguador de tumultos e redução da criminalidade. Apesar dessa intenção, as representações da Igreja Católica do período exerceram papel ativo nas lutas e conflitos sociais de enfrentamento à Companhia, como, por exemplo, a presença política marcante dos Padres Alcides Modesto, Mario Zanetta e Lourenço.

Os latifundiários nordestinos, também, não convergiam em torno da intervenção federal. Citarei um dos exemplos da resistência da oligarquia da região ao projeto CHESF, de rejeição à *luz de Paulo Afonso*, como era conhecida. Partia especialmente dos latifundiários que tinham receio de perder autonomia, lucros e poder, ao renunciarem às instalações geradoras próprias de energia que abasteciam determinados municípios. Cateende, em Pernambuco, é um caso emblemático, no qual o presidente da CHESF, Alves de Souza, interveio diretamente em 1957; mas devido a resistência de um latifundiário do setor açucareiro, somente em 1961 o município foi eletrificado (Häuptli, 1993). Essas tensões com as oligarquias locais foram paulatinamente apaziguadas com a produção e a distribuição cada vez mais crescente da energia elétrica da CHESF.

4. Considerações finais

Como era de se esperar, este artigo produziu mais perguntas do que respostas. Ao longo da análise, buscou-se apresentar a tessitura das movimentações em torno do projeto e da concretização da TVA e da CHESF, bem como as experiências das comunidades e dos trabalhadores locais diante das transformações provocadas. Uma das questões que emergem é: a quais interesses a criação da CHESF atendia? Interesses estes que administravam tensões e construíram consensos. O percurso trilhado até aqui possibilitou algumas reflexões sobre os pilares que sustentaram essas ações.

Uma reflexão diz respeito à utilização dos vales do Tennessee e do São Francisco (Cachoeira de Paulo Afonso) como instrumentos de unificação nacional no século XX. Cada processo, com suas particularidades, revela que, para além do debate semiótico sobre a difusão de símbolos nacionais, vislumbrava-se a exploração dos recursos naturais com vistas à sua transformação em bens úteis ao mercado capitalista. As águas dos rios São Francisco e Tennessee foram convertidas de riqueza natural em energia – o insumo essencial para o avanço do que se difundia como modernidade. Esse processo envolveu não apenas a apropriação das águas, mas também a expropriação de terras, a exploração da força de trabalho e o deslocamento massivo de populações inteiras de seus territórios para a construção de barragens e linhas de transmissão. Essas populações, progressivamente retiradas do campo, passaram a compor as massas urbanas e precarizadas de trabalhadores, adaptando-se às novas funções laborais exigidas pela lógica da modernização.

No caso brasileiro, a chegada da energia elétrica às residências, à agricultura e à indústria promoveu uma verdadeira revolução nas relações de mercado e consumo, sem precedentes na história nacional. A produção e a comercialização de produtos e equipamentos elétricos caracterizam essa fase do desenvolvimento. Um dos pilares fundamentais dessa estrutura foi a força de trabalho nordestina, majoritariamente composta por operários de baixo custo, submetidos a condições laborais árduas e sem garantias de direitos, conformando-se aos princípios do trabalho assalariado exigidos pelo capitalismo.

Outra perspectiva analisada refere-se ao papel da política estadunidense nesse processo. Um dos tentáculos dessa estrutura de poder manifestou-se no “modelo TVA”. A CHESF não foi um projeto exclusivamente elaborado pelos grupos dominantes nordestinos. Como demonstrado, desde sua origem estiveram presentes interesses e investimentos dos Estados Unidos. Por que os Estados Unidos intervieram na política brasileira por meio da injeção de recursos financeiros e do controle sobre o desenvolvimento? E, especificamente, por que direcionaram a política de produção energética? O discurso em torno do modelo da TVA teve influência no Brasil até a década de 1960, quando perdeu força, embora a estreita relação econômica, política e cultural entre os dois países tenha se mantido ao longo do século XX.

Dessa forma, conclui-se que o investimento estatal na implementação da CHESF extrapolou os volumes de capitais – nacionais e internacionais – empregados. Ele esteve intrinsecamente entrelaçado às esferas política e cultural. Foram constituídas novas formas de sustentação das relações de poder que, a despeito das inúmeras lutas de resistência contra os projetos de expropriação, contribuíram para a consolidação da dinâmica capitalista. No Nordeste, a CHESF teve papel decisivo nesse processo.

Referências

AZEVEDO, S. L. M.; MUCCINI, S. Período Pioneiro da Hidrelétrica de Paulo Afonso-Ba: Uma contribuição à historiografia de base local e regional. *Revista Rios*, ano 1, n 1, p. 72-88, 2007.

AZEVEDO, T. Uma grande experiência social em Paulo Afonso. *Administração Pública* – Departamento do Serviço Público do Estado da Bahia, ano 2, v. 1, n. 4, p. 16, 1950.

BERMANN, C. D. Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões socioambientais no Brasil. Campinas: Unicamp, 1991 (Tese de Doutorado em Engenharia Mecânica da Unicamp).

BONFIM, J. D. Movimentos sociais e trabalhadores do Rio São Francisco. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. n. 45, [sem paginação], 1999.

BROSE, M. E. *TVA e Instituições de Desenvolvimento Regional: contribuições para a história das ideias*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015.

BURTON, R. F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CARVALHO, A. de. *Paulo Afonso e a integração nacional*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CASTRO, J. de. *Death in the Northeast*. New York: Randow House, 1960.

CASTRO, N. J. de. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1961)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985 (Dissertação de Mestrado da UFRJ).

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *CHESF: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018.

CLAPP, G. R. *The TVA: An Approach to the Development of a Region*. Chicago: University of Chicago Press, 1955.

COOKE, M. L. Cinderella the Great. *Survey Graphic*. v. 33, n. 7, p. 319-323, 1944.

CORSI, F. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP, 2000.

FERREIRA, L. V. de C. Cassacos. *Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950)*. Salvador: UFBA, 2016 (Tese de Doutorado em História Social da UFBA).

GOULARTI FILHO, A.; SAES, A. M. (Org.). *História de Empresas no Brasil*. Niterói: EDUFF, São Paulo: Hucitec, 2021. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil)

GRANT, N. L. *TVA e Black Americans: Planning for the Status Quo*. Temple University Press, 1990.

HÄUPTLI, H. *Chesf: fase pioneira duma companhia hidroelétrica no Nordeste do Brasil*. Zurique: ETHZ, 1993 (Dissertação de Mestrado em História Geral do ETHZ).

HUGHLETT, L. J. *Industrialization of Latin America*. New York, London: McGraw-Hill Book Company, 1946.

KIDDER, D. *Esboços de residência e viagens no Brasil: abraçando notícias históricas e geográficas do Império e suas várias províncias*. Vol. II. Filadélfia: Sorin & Ball; Londres, Wiley & Putnam, 1845.

LANDO, B. *Change in Latin America: Example of Northeast Brazil*, v. 24, n. 3. Toronto: Canadian Institute of International Affairs; Baxter Publishing Company, 1964.

LIAIS, E. Le San Francisco ou Brésil. *Bulletin de la Société de Géographie*. Cinquième série, Tome XI. Paris: Bureau de la Société, 1866.

LILIENTHAL, D. E. *TVA: a democracia em marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LIMA, J. de S. *Paulo Afonso e a Vila Poty: a história não contada*. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

LOPES, J. S. L. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MCDONALD, M. J.; MULDOWNY, J. *TVA and the Dispossessed: The Resettlement of population in the Norris Dam Area*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1982.

MEYER, F. Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombeta, Brasil, e Årdal, Noruega. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, p. 107–127, 2014.

O CRUZEIRO. *Paulo Afonso: 1952. 03-01-1953*, Ed. 12. p. 82-90.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO (OEF). *Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco*. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco pelo Presidente Eng. Antônio José Alves De Souza, relativo ao Exercício de 1949. Ed. 172, Ano XV, 1950, p. 155.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO (OEF). *Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco*. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco pelo Presidente Eng. Antônio José Alves De Souza, relativo ao Exercício de 1950. Ed. 183, Ano XVI, abril de 1951, p. 104.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO (OEF). *Relatório das Atividades da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco em 1953*. Ed. 218, Ano XIX, abril de 1954, p. 65.

PALMEIRA, A. F. A nova face da cidade do aço: crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008). Niterói: UFF, 2012 (Dissertação de Mestrado em. História Social da UFF)

PAULA, D. A Comissão do Vale do São Francisco como experimento de desenvolvimento e planejamento regional, 1946-1950. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

PORTUGUÊS, A.; SARGENTO, N. *O Vale do São Francisco*. Estação Primeira de Mangueira, 1948. Disponível em: <<https://raymundodecastro.blogspot.com/2014/06/carnaval-de-1948.html>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PRITCHETT, C. H. *Autoridade do Vale do Tennessee: um estudo em administração pública*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1946.

RECLUS, É. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1900.

RIO DE LUTAS. Relato de Alcides Modesto. Acervo digital do projeto Rio de Lutas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 15 abr. 2011.

RUSSEL, D. *The TVA Idea*. New York: The Foundation for Economic Education Irvington-on-Hudson, 1949.

SCOTT, J. C. *Los dominados y el arte de la resistência: discursos ocultos*. México: Ediciones Era, 2000.

SELZNICK, P. *TVA and the Grass Roots: a Study in the Sociology of Formal Organization*. University of California, 1949.

SOUZA, A. J. A. de. A Companhia Elétrica do São Francisco. In: NAÇÕES UNIDAS. *Estudos sobre a Eletricidade na América Latina: Documentos do Seminário Latino-Americano de Energia Elétrica*. Vol. II. Nova York: Nações Unidas, 1964.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, K. F. P. von. *Através da Bahia: excertos da obra Reise in Brasilien*. V. 118. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Ed. Nacional, 1938.

TENNESSEE VALLEY AUTHORITY. *Unified Valley Development: TVA Reports 1946*. Washington: United States Government Printing Office, 1946).

TENNESSEE VALLEY AUTHORITY. *Classroom for the World*. Disponível em: <<https://www.tva.com/about-tva/our-history/tva-heritage/classroom-for-the-world>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

THE PAN AMERICAN UNION. Brazil plans to double electric power production. *Bulletin of the Pan American Union*, v. LXXXII, n. 4. Washington, DC., 1942.

TVA TECHNICAL LIBRARY. *TVA: As a Symbol of Resource Development in many Countries*. Knoxville, Tennessee, 1952.

TVA TECHNICAL LIBRARY. *TVA: Symbol of Valley Resource Development*. Knoxville, Tennessee, 1961.